

## A ATUAÇÃO DA CGU EM EVENTOS E FOROS INTERNACIONAIS

Nesta edição, o boletim traz notícias sobre a atuação internacional da Controladoria-Geral da União (CGU) em temas como governo aberto, governança nas estatais, integridade e combate à corrupção, além da participação nos foros estratégicos.

As atividades promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tiveram envolvimento de representantes da CGU abrangeram: uma rodada de entrevistas como parte da avaliação da política de governo aberto, o evento de lançamento do relatório de avaliação das estatais brasileiras, o encontro da *Latin American Network on Corporate Governance of State-Owned Enterprises* e o Fórum Global Anticorrupção e Integridade 2021.

No mês de março, também ocorreram oficinas para o planejamento do projeto de cooperação trilateral entre Brasil, Alemanha e Paraguai, em que se pretende subsidiar o aperfeiçoamento do sistema de integridade paraguaio.

Compondo a delegação do Brasil nos foros internacionais, servidores da CGU participaram de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Suborno (*Working Group on Bribery – WGB*), da 35ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic – OEA) e da 3ª Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (COSP-UNCAC).

Mais uma vez, esta publicação contou com a colaboração das áreas da Casa. A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece pelas contribuições e permanece à disposição para receber sugestões, críticas e textos para o boletim por meio do e-mail [assessoria.internacional@cgu.gov.br](mailto:assessoria.internacional@cgu.gov.br).

---

## NOTÍCIAS

### **AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE GOVERNO ABERTO NO BRASIL: OCDE ENTREVISTA REPRESENTANTES DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou, no período de 1º a 12 de março, um conjunto de entrevistas virtuais com autoridades públicas e representantes da sociedade como atividade integrante do processo de [Avaliação sobre Governo Aberto no Brasil](#). Tal iniciativa é fruto do acordo de cooperação técnica entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a OCDE.

A avaliação busca o fortalecimento institucional e a aproximação da prática brasileira aos padrões esperados para os membros da Organização. O resultado desse importante trabalho auxiliará o governo do Brasil a trilhar os caminhos necessários para o ingresso do país na OCDE como membro pleno.

Para realização do projeto, a OCDE se baseia em dados e evidências. Os estudos são realizados por uma equipe designada pela Organização e são compostos por etapas de avaliação. A fase atual consiste na realização de uma série de entrevistas virtuais para aprofundamento dos temas e contou com a participação de cerca de 100 representantes do governo e da sociedade civil.

Além da equipe da OCDE, dos representantes dos órgãos e das instituições da sociedade civil, a ação contou com a colaboração de especialistas da Colômbia e Argentina. À CGU, por meio da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, coube a organização e o agendamento das entrevistas, bem como a prestação de auxílio permanente à equipe de avaliação e aos convidados.

As informações obtidas no processo subsidiarão a elaboração do relatório de avaliação, que conterà recomendações ao país e será publicado na [página da Organização](#).

### ***DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO SOBRE GOVERNANÇA NAS ESTATAIS BRASILEIRAS***

Recentemente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concluiu e publicou uma revisão abrangente do Brasil em relação às diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais, incluindo análises relacionadas a privatizações e desinvestimentos.

A revisão foi elaborada a pedido do Brasil para apoiar seu objetivo de fortalecer a estrutura de política de propriedade e governança para as estatais. O projeto se beneficia do apoio financeiro do *UK Prosperity Fund*.

O relatório da OCDE apresentou recomendações ao país, identificando prioridades de curto e médio prazo. Entre elas, a necessidade de tornar mais claros os papéis e objetivos das estatais. Também recomendou o fortalecimento dos conselhos de administração, o aprimoramento das regras para nomeação de diretores e executivos, e da estrutura dos relatórios financeiros, de modo a proporcionar maior compreensão e acesso pelo público geral.



*Gustavo de Queiroz Chaves em apresentação sobre empresas estatais*

No dia 02 de março, o Secretário Federal de Controle Interno Adjunto, Gustavo de Queiroz Chaves, participou do *Brazil SOE Review Launch*. Neste encontro virtual, foram apresentados os principais resultados da avaliação realizada pela OCDE e houve troca de experiências relevantes. Na ocasião, o secretário apresentou que os objetivos da Controladoria-Geral da União (CGU) em relação às empresas estatais são:

- o Estado exercer de forma coordenada e eficiente a propriedade estatal;
- as desestatizações e desinvestimentos ocorrerem de forma íntegra e eficiente;

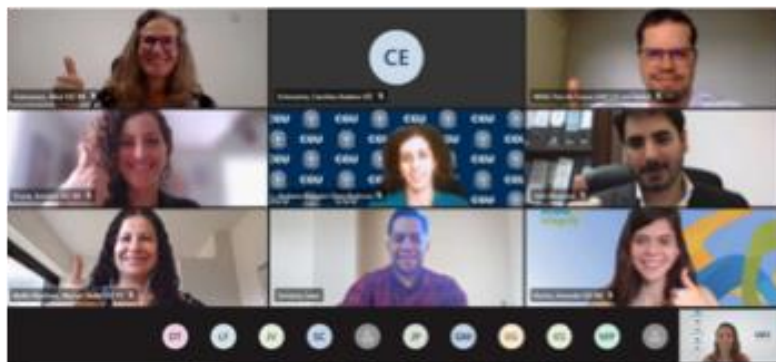
- as empresas estatais alcançarem resultados econômico-financeiros adequados;
- as empresas estatais adotarem adequadas práticas de governança corporativa, gestão de riscos e controles internos;
- as auditorias internas das empresas estatais agregarem valor à gestão e atuarem de forma independente e objetiva.

O evento contou com a participação da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, da Embaixada do Reino Unido no Brasil, do *UK Government Investments*, da Casa Civil e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A [transmissão do evento](#) foi gravada e pode ser acessada na íntegra, na página da OCDE, assim como a [publicação dos resultados da avaliação](#).

### **CGU PARTICIPA DE OFICINA PARA PLANEJAMENTO DE PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ALEMANHA**

A Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela Coordenação-Geral de Integridade Privada, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, e pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, está envolvida na concepção de um projeto de cooperação entre Brasil, Paraguai e Alemanha, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

O Projeto denominado “*Fortaleciendo la integridad para superar tiempos de crisis*” pretende fortalecer a integridade nas relações público-privadas, especialmente nas compras públicas, aumentando a capacidade de resposta do Estado paraguaio, a efetividade e a eficiência no campo das políticas de transparência, integridade e anticorrupção existentes no país. O projeto também seria uma resposta a desafios vivenciados no contexto da pandemia do Covid-19.



*Registro de um dos encontros ocorridos em março*

Conforme as tratativas realizadas, a experiência brasileira poderá servir como referência para a implementação de um sistema de incentivos para a integridade no Paraguai, tomando como modelo o projeto do “Pró-Ética” e demais iniciativas semelhantes que foram implementadas no governo federal com o apoio da CGU, como o selo “Mais Integridade” do Ministério da Agricultura e

Pecuária e o selo “Infra+Integridade” do Ministério da Infraestrutura.

Conforme alinhado em oficina ocorrida em março com a presença de representantes de vários entes envolvidos, espera-se que a CGU preste auxílio na implementação de um programa piloto de incentivo à integridade baseado no “Pró-Ética”, por meio da troca de conhecimentos e apoio na definição de estratégias, ações de capacitação e desenvolvimento de questionário sobre integridade.

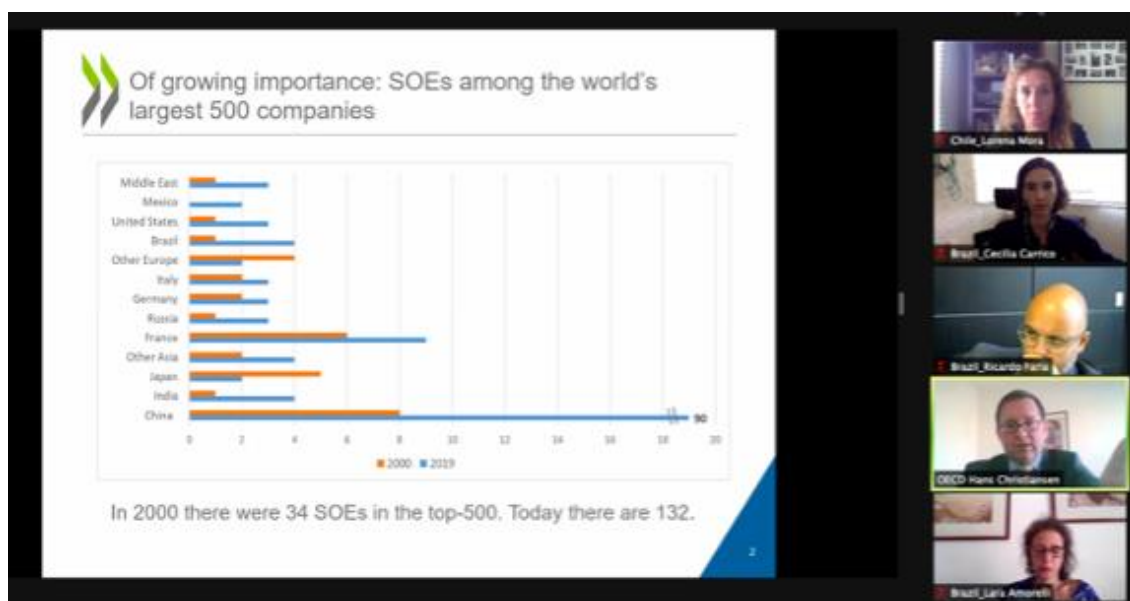
A cooperação trilateral entre Brasil, Paraguai e Alemanha poderá estimular a cultura de ética e de integridade, a partir de um programa internacionalmente reconhecido como exitoso, o Pró-Ética, adaptado aos contextos locais, assim como ampliar a experiência da equipe técnica da CGU.

## PAÍSES DA AMÉRICA LATINA DISCUTEM GOVERNANÇA NAS EMPRESAS ESTATAIS

Nos dias 23 e 24 de março, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu encontro da [Latin American Network on Corporate Governance of State-Owned Enterprises](#). A rede tem por objetivo contribuir para melhorar a governança das estatais na América Latina, por meio de uma troca contínua de experiências e conhecimentos sobre políticas, práticas e reformas de governança em estatais. As diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais servem de referência para a discussão.

A reunião foi organizada conjuntamente pela OCDE e pela *Corporación Andina de Fomento – Banco de Desarrollo de América Latina* e incluiu a participação de formuladores de políticas e executivos de estatais de, entre outros países, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

A Controladoria-Geral da União, por meio da Diretoria de Auditoria de Estatais, da Secretaria Federal de Controle Interno, participou da sessão "*Board autonomy and integrity*", em que apresentou o resultado consolidado da avaliação da suficiência e da conformidade da atuação dos Comitês de Elegibilidade de 15 empresas estatais. Além da apresentação do consolidado, apontou-se a necessidade de: melhoria da transparência do processo de seleção para conselheiros em empresas estatais; adoção de parâmetros para auxiliar os comitês de elegibilidade na interpretação dos dispositivos da [Lei nº 13.303/2016](#) e de seu [decreto regulamentador](#), e utilização dos planos de sucessão elaborados pelas empresas estatais como subsídio para a tomada de decisão acerca da indicação de conselheiros.



Cecília Alves Carrico, assessora da Diretoria de Auditoria de Estatais, acompanha apresentação da OCDE

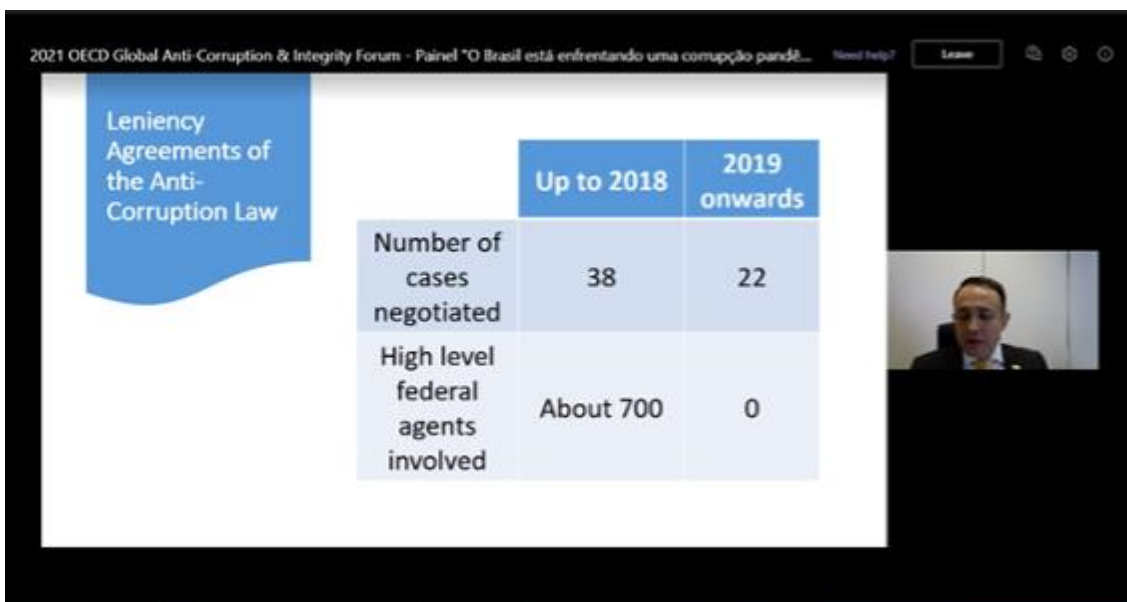
## CGU PARTICIPA DO FÓRUM GLOBAL ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

O Fórum Global Anticorrupção e Integridade 2021 ocorreu entre os dias 23 a 25 de março, no formato virtual. A Controladoria-Geral da União (CGU) participou do painel "[O Brasil está enfrentando uma corrupção pandêmica?](#)", organizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O secretário de Combate à Corrupção, João Carlos Cardoso, concordou com o fato de que a corrupção é um fenômeno que demanda vigilância permanente e ações contínuas e incrementais. Em sua

apresentação, enfatizou os trabalhos da CGU no âmbito do combate à corrupção, em relação à abertura de processos de responsabilização contra empresas e aos acordos de leniência.

O secretário explicou sobre a reestruturação da CGU em 2019, em que houve a reconfiguração de atividades anticorrupção, que refletiu no expressivo aumento na quantidade e materialidade dos procedimentos de responsabilização de pessoas físicas e jurídicas. Citou, como exemplo, a evolução da quantidade de pedidos de negociação de acordos de leniência, registrando que entre 2014 e 2018 foram abertos 38 casos de acordo de leniência, enquanto que a partir de 2019, 22 novas negociações foram iniciadas. A despeito desse incremento significativo da capacidade persecutória da União, não há evidências, segundo o secretário, de envolvimento de agentes federais de alta hierarquia do Poder Executivo federal, como diretores de estatais, por exemplo, nos procedimentos instaurados a partir de 2019. Sob este ponto de vista, concluiu que os indicadores apontam para um cenário de efetividade na desarticulação da corrupção sistêmica e estrutural no âmbito do Poder Executivo federal.



	Up to 2018	2019 onwards
Number of cases negotiated	38	22
High level federal agents involved	About 700	0

*Secretário de Combate à Corrupção, João Carlos Figueiredo, apresenta dados sobre acordos de leniência*

Também comentou sobre os desafios que a pandemia trouxe e a necessidade de respostas rápidas por parte da CGU para monitorar as compras públicas, o auxílio emergencial e conferir transparência aos gastos. Elencou as iniciativas realizadas pelo órgão com auxílio da tecnologia e reportou que os trabalhos contribuiriam para o cancelamento de pagamentos de auxílios indevidos, assim como para a deflagração de operações especiais junto à Polícia Federal e outros parceiros, em virtude de irregularidades em recursos destinados ao enfrentamento da pandemia.

O painel também contou com representante da Polícia Federal, sendo mediado pela corregedora do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

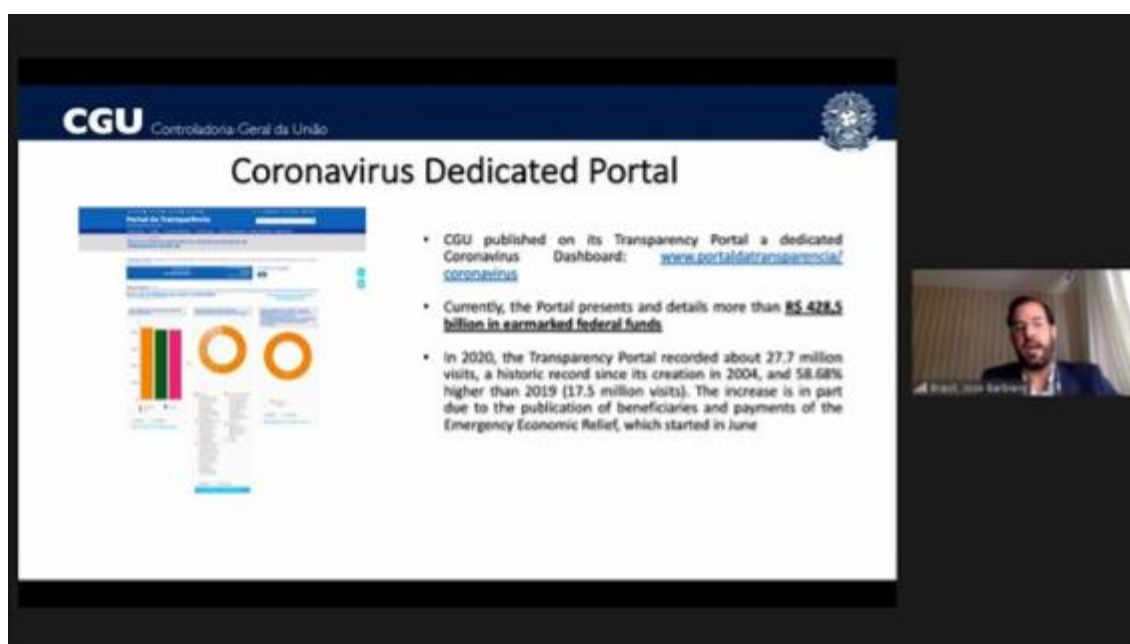
## FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

### **OEA - 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE PERITOS DO MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (8 – 11 de março de 2021)**

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), chefiou a delegação brasileira que participou da 35ª Reunião da Comissão de Peritos

do [Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção](#) (Mesicic – OEA), que ocorreu de 8 a 11 de março, em formato virtual. A delegação contou com representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

Dentre os destaques da reunião, ocorreu a sessão “*A prevenção e o combate à corrupção na pandemia: experiências, avanços e lições aprendidas*”, na qual o diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública, da Secretaria Federal de Controle Interno, José Paulo Julieti Barbieri, apresentou as ações da CGU no controle dos recursos aplicados para o enfrentamento da pandemia, incluindo, além do trabalho de auditoria dos gastos públicos, os esforços empreendidos por todas as áreas da Controladoria, como aqueles no âmbito do Portal da Transparência, do Fala.BR e das operações especiais.



*Registro da apresentação do diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública*

O diretor abordou as duas estratégias principais de atuação da auditoria da CGU: uma relacionada às aquisições e contratações centralizadas e outra relacionada a utilização descentralizada dos recursos financeiros.

Em relação às despesas centralizadas, explicou que a CGU adotou a estratégia de avaliação prévia de instrumentos contratuais, modelo de atuação que exige agilidade por parte da equipe de auditoria e resulta em recomendações que visam mitigar riscos de que os objetivos das contratações sejam frustrados.

Já em relação aos recursos financeiros transferidos para estados e municípios, informou que o desafio para o controle já começa na identificação de como esses recursos estão sendo utilizados, uma vez que o modelo de gestão tripartite do sistema de saúde brasileiro assegura a autonomia dos entes subnacionais, não havendo sistemas de informações que indiquem como esses recursos são empregados e ferramentas para se obter tais informações. Diante disso, a CGU empregou esforços para a coleta sistemática de informações sobre despesas estaduais e municipais relacionadas ao enfrentamento da pandemia, resultando em uma ferramenta de ampla divulgação dessas informações, o [Painel Contratações Relacionadas à Covid-19](#), e em subsídios para a realização de ações de controle detalhadas sobre essas despesas.

Segundo Barbieri, a necessidade de se aprimorar ferramentas de monitoramento dos gastos públicos em todas as esferas da gestão de saúde brasileiro foi um dos principais aprendizados com o período de pandemia.

A chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, informou sobre os avanços na implementação das recomendações ao Brasil, destacando, primordialmente, os trabalhos realizados pelo Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC) e o Plano Anticorrupção do governo federal, os quais levam em consideração as recomendações ao Brasil advindas de organismos internacionais de monitoramento, incluindo aquelas do Mesicic.

Também foi reforçada a intenção do Brasil em sediar a próxima Conferência dos Estados Partes do Mesicic, que teria lugar em 2020, em Brasília, e que não pode ser realizada em decorrência das medidas de prevenção relativas à Covid-19. Assim que as condições sanitárias sejam reestabelecidas, uma nova data será acordada juntamente com a secretaria do Mecanismo.

A reunião ainda contou com a avaliação dos projetos de relatórios de monitoramento do [Paraguai](#) e do [Peru](#) no âmbito da Sexta Rodada de avaliação, que foram aprovados pelos peritos do Mesicic.



Foto oficial da 35ª Reunião da Comissão de Peritos do Mesicic

### **OCDE – GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBORNO TRANSNACIONAL (fevereiro/março 2021)**

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nos meses de fevereiro e março de 2021, de importantes reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (WGB). A delegação brasileira, chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, contou com representantes das Diretorias de Responsabilização de Entes Privados, de Acordos de Leniência, da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal e do Ministério das Relações Exteriores.

Os membros do WGB reuniram-se, entre os dias 1 e 4 de fevereiro, para retomar as discussões sobre a revisão da Recomendação de 2009, instrumento legal que serve como principal referência na avaliação

da implementação da Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. A reunião tratou de temas relativos à prevenção e conscientização sobre o suborno transnacional; à proteção ao denunciante de boa-fé; à detecção e reporte de suborno transnacional por autoridades fiscais e Unidades de Inteligência Financeira; e ao estabelecimento de canais de denúncia de suborno transnacional.

Nessa rodada, foi possível concluir a discussão de todos os temas prioritários da Recomendação revisada, culminando na primeira proposta de minuta consolidada do novo instrumento, que deverá ainda ser submetida à apreciação do WGB em reunião plenária. Estão previstas duas novas reuniões, em abril e maio, com o objetivo de finalizar a revisão da Recomendação de 2009 e concluir sua aprovação até o final de 2021.

Entre os dias 8 e 12 de março, o WGB realizou a sua primeira reunião plenária de 2021, em que tratou de diversos temas, como corrupção no esporte; as contribuições do WGB para a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção (UNGASS), a ocorrer em junho de 2021; aprovação do *Global Relations Strategy 2021-22* para o grupo; coleta e manutenção de dados e estatísticas de *enforcement* pelos países membros; entre outros.

O Grupo de Trabalho continuou também com suas atividades regulares de monitoramento e avaliação dos países membros do WGB. Destaca-se a participação do Brasil, juntamente com a Eslovênia, como examinadores principais do México, que apresentou seu relatório de *follow-up* de 2 anos, referente à Fase 4 de avaliação da implementação da Convenção.



A chefe da delegação, Elizabeth Cosmo, e o diretor de Acordos de Leniência, Renato Machado, em reunião do WGB

Por fim, cabe destacar a realização da primeira reunião do subgrupo de monitoramento do Brasil, ocorrida no dia 9 de março, às margens da reunião plenária do WGB. O subgrupo é composto por representantes das delegações dos Estados Unidos, Itália e Noruega, além do Secretariado do WGB/OCDE, e tem como objetivo acompanhar questões identificadas pela Missão de Alto Nível da OCDE ao país, realizada em novembro de 2019, que podem impactar a implementação da Convenção da OCDE pelo Brasil.

A delegação brasileira atualizou os membros do subgrupo sobre os desenvolvimentos recentes em relação aos pontos sob monitoramento, incluindo novos itens identificados pelos membros, além de discutir a adoção de regras de funcionamento para o subgrupo. A partir das informações prestadas, o subgrupo reportou à plenária do WGB os avanços alcançados pelo país, passando o monitoramento de diversos itens para a Fase 4 de avaliação do Brasil, e recomendou que o Brasil volte a se reportar ao subgrupo em outubro de 2021, para prestar esclarecimentos sobre os itens ainda sob monitoramento.

### **ONU – 3ª REUNIÃO INTERSESSIONAL DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO (22 e 23 de fevereiro de 2021)**

A 3ª Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (COSP-UNCAC) ocorreu, em formato híbrido, virtual e presencial, nos dias 22 e 23 de



fevereiro. Essa foi a última reunião preparatória antes da realização da Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (UNGASS) contra a corrupção, no período de 2 a 4 de junho de 2021.

As delegações, no entanto, continuam a negociar o texto da Declaração Política, a ser adotada pela Assembleia Geral da ONU na próxima sessão especial.

Consultas informais serão conduzidas ao longo dos meses que antecedem a UNGASS 2021, com previsão para a aprovação do texto final no dia 7 maio de 2021, durante sessão especial da Conferência dos Estados Partes da UNCAC, a ocorrer em Viena.

As discussões dessa terceira reunião intersessional abordaram os temas da transparência dos beneficiários finais e o papel do setor privado nos esforços contra a corrupção; medidas para evitar a impunidade, incluindo o fortalecimento da independência, transparência e integridade do Poder Judiciário e dos órgãos de controle; o potencial da educação e do uso da tecnologia para prevenir e combater a corrupção; e reflexões sobre os 15 anos da entrada em vigor da UNCAC e os caminhos a se seguir. Mais informações sobre os painéis temáticos e as apresentações estão disponíveis [na página da UNGASS](#).

A delegação brasileira contou com a participação da Controladoria-Geral da União, representada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais; da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

---

AS EDIÇÕES DO BOLETIM CGU INTERNACIONAL ESTÃO DISPONÍVEIS NA **BASE DE CONHECIMENTO** DA CGU.  
Clique [aqui](#) para acessá-las.

CONTROLADORIA-GERAL  
DA UNIÃO

